

**ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - SEM
ESPECIALIDADE (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501278787M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho - 24ª Região (MS)

TRT 24ª Região

CARGO:

Analista Judiciário - Área Judiciaria - Sem Especialidade

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

1/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

1/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 24ª REGIÃO (MS) - 1º SIMULADO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - SEM ESPECIALIDADE (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa
Andréa Cerqueira

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

Como viver uma boa vida em um mundo imprevisível? Como fazer o melhor dentro das nossas possibilidades aceitando, ao mesmo tempo, o que está fora do nosso controle?

Estes são alguns dos desafios com os quais o neurologista Fábio Porto se deparou.

“Tive momentos muito duros na minha vida pessoal e profissional e comecei a me interessar por uma forma de tentar estar mais imune às intempéries externas, à opinião do outro, às coisas que fogem ao meu controle.”

As perguntas que abrem este texto são também questões centrais do estoicismo, filosofia que floresceu na Grécia e Roma Antigas e que tem como expoentes figuras como o intelectual e estadista Sêneca, o ex-escravo Epicteto e o imperador romano Marco Aurélio.

O estoicismo pregava o valor da razão, propunha que emoções destrutivas eram resultado de erros na nossa forma de ver o mundo e oferecia um guia prático para nos mantermos resolutos e fortes.

E é nos ensinamentos estoicos que muitos, entre eles Porto, buscam hoje a resiliência necessária para o enfrentamento dos imensos desafios do nosso tempo.

Fábio Porto é especialista no tratamento de demência, nome dado a um conjunto de doenças cerebrais em que há uma perda ou redução gradual da capacidade cognitiva e função cerebral da pessoa.

Ele é professor da Universidade São Camilo, em São Paulo, e presidente da regional paulista da ABRAZ, Associação Brasileira de Alzheimer e Outras Demências.

À BBC News Brasil, Porto conta como vem usando os preceitos estoicos para dar conforto também a pacientes com demência e seus familiares.

O primeiro contato dele com o estoicismo aconteceu por meio da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), um tipo de psicoterapia que ele procurou como paciente e que é fortemente influenciada pelo estoicismo.

“O princípio básico da TCC é que temos ideias fixas, distorções cognitivas. Essas distorções acarretam emoções, e essas emoções às vezes são negativas.”

“Essas emoções vêm de uma opinião. E já te adianto a minha frase preferida, que é do Epicteto: ‘Não são as coisas que perturbam as pessoas, mas os pareceres a respeito das coisas.’”

Epicteto viveu a maior parte de sua vida como escravo em Roma no século 1º. Seus ensinamentos foram transcritos por um aluno e estão disponíveis em alguns poucos livros. O mais famoso, conhecido hoje como o Manual de Epicteto, contém a frase citada por Porto.

Com essa afirmação, o filósofo está dizendo que são nossas opiniões sobre as coisas que vão determinar se vamos ou não ficar incomodados a respeito delas, diz Porto.

“Como sou o mesmo Fábio, como pessoa e como médico, naturalmente comecei a tentar passar alguns preceitos para os pacientes e para as famílias, exatamente para amenizar o sofrimento que é muito grande na área em que eu trabalho.”

In: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2dl6qzde6o>

1

Assinale a principal lição que Fábio Porto aprendeu ao se aprofundar no estoicismo e aplicá-la no tratamento de seus pacientes.

- (A) O estoicismo ensina que as emoções são irracionais e devem ser totalmente suprimidas.
- (B) Fábio Porto aprendeu que a resiliência é alcançada através da razão, não pelas emoções, independentemente da realidade do mundo exterior.
- (C) O estoicismo propõe que as dificuldades da vida são desnecessárias, e que as pessoas podem evitá-las com autossuficiência.
- (D) A principal lição do estoicismo, segundo Porto, é que nossa percepção das situações determina nossas reações emocionais.
- (E) A filosofia de Epicteto diz que as pessoas devem aceitar passivamente tudo o que lhes acontece, sem tentar mudá-lo.

2

Indique de que forma a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) influenciada pelo estoicismo se relaciona com a abordagem de Fábio Porto no tratamento de demência.

- (A) A TCC, como influenciada pelo estoicismo, promove a reinterpretação das crenças e distorções cognitivas, o que ajuda a lidar melhor com as emoções em pacientes com demência.
- (B) A TCC de Fábio Porto ignora as emoções dos pacientes e se foca exclusivamente no controle racional das ações.
- (C) Fábio Porto usa os ensinamentos estoicos para modificar a realidade dos pacientes com demência, eliminando completamente as limitações cognitivas.
- (D) A Terapia Cognitivo Comportamental usada por Porto não tem relação com o estoicismo, pois é uma abordagem mais moderna e científica.
- (E) O objetivo de Porto é ensinar aos pacientes com demência como eliminar todas as emoções negativas por meio do controle absoluto da mente.

3

Assinale a alternativa que apresenta o conceito central do estoicismo, conforme é aplicado por Fábio Porto no contexto de sua prática médica.

- (A) O estoicismo é uma filosofia que sugere a indiferença total diante dos desafios da vida, sem uma preocupação com a ação ou mudança.
- (B) A resiliência é cultivada pela aceitação passiva das dificuldades e pela falta de envolvimento emocional com o mundo exterior.
- (C) O estoicismo ensina que a verdadeira liberdade vem da capacidade de controlar a mente, ajustando nossas reações àquilo que não podemos controlar.
- (D) A prática do estoicismo implica em renunciar a todos os sentimentos humanos e agir apenas de acordo com a razão pura.
- (E) O estoicismo é uma filosofia que promove a ignorância das emoções humanas, sugerindo que devemos ignorá-las para alcançar o bem-estar.

4

Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta como o autor utiliza marcas de coesão e intertextualidade para construir o argumento sobre a aplicação do estoicismo na vida de Fábio Porto e sua prática médica.

- (A) O uso de citações diretas de Epicteto, como *“Não são as coisas que perturbam as pessoas, mas os pareceres a respeito das coisas”*, promove a coesão textual, vinculando o conteúdo com as ideias originais do filósofo, e estabelece uma intertextualidade com o contexto histórico do estoicismo.
- (B) O texto utiliza apenas a citação de Epicteto como elemento de coesão, sem explorar mais profundamente a intertextualidade, mantendo a argumentação restrita à experiência de Fábio Porto, sem referência ao contexto filosófico mais amplo.
- (C) A intertextualidade é estabelecida exclusivamente por meio da citação de Epicteto, sem qualquer tentativa de conectar os preceitos estoicos com o tratamento médico moderno, o que quebra a coesão e a coerência do texto.
- (D) O texto articula uma coesão textual ao mencionar o contexto da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), mas não apresenta nenhuma intertextualidade, já que não faz referência a outros autores ou teorias filosóficas além de Epicteto.
- (E) A coesão textual é alcançada de forma isolada pela introdução de Fábio Porto, enquanto a intertextualidade é fraca, já que a citação de Epicteto é descontextualizada e não contribui para a construção do sentido do texto como um todo.

5

Analisar as frases a seguir e identifique qual operação de estrutura de frase foi mais utilizada em cada uma delas.

1. **Frase original:** “Fábio Porto, neurologista e professor, encontrou um novo caminho para lidar com o sofrimento dos pacientes.”
 2. **Frase modificada:** Neurologista e professor, Fábio Porto encontrou um novo caminho para lidar com o sofrimento dos pacientes.
- (A) Deslocamento: A frase foi reorganizada, deslocando o sujeito para o início para dar ênfase à profissão de Fábio Porto.
 - (B) Substituição: Foi feita uma troca do sujeito da frase original por um pronome demonstrativo, alterando a estrutura da frase.
 - (C) Modificação: A estrutura da frase foi mantida, mas o sujeito foi modificado para destacar os atributos de Fábio Porto.
 - (D) Correção: A alteração foi realizada para corrigir um erro de concordância, mantendo a mesma estrutura e apenas ajustando a frase.
 - (E) Deslocamento e modificação: A operação consiste em deslocar o sujeito e ao mesmo tempo modificar a frase para enfatizar a profissão de Fábio Porto.

6

Considerando o trecho do texto fornecido, qual é a função da pontuação e dos sinais gráficos nas frases a seguir? Analise as alternativas com base na utilização de vírgulas, dois-pontos e outros sinais gráficos.

1. **Frase original:** “O estoicismo pregava o valor da razão, propunha que emoções destrutivas eram resultado de erros na nossa forma de ver o mundo e oferecia um guia prático para nos mantermos resolutos e fortes.”
 2. **Frase com pontuação modificada:** O estoicismo pregava o valor da razão: propunha que emoções destrutivas eram resultado de erros na nossa forma de ver o mundo; e oferecia um guia prático para nos mantermos resolutos e fortes.
- A principal função da pontuação utilizada na modificação da frase original é:
- (A) Correção de uma falha de concordância e uso de vírgula para destacar explicações: A pontuação serve para corrigir uma falha gramatical, ajustando a estrutura da frase.
 - (B) Ênfase na relação causal entre as orações: O uso de ponto e vírgula indica uma relação causal entre os elementos, sugerindo que uma ação causa a outra.
 - (C) Clarificação da enumeração de ações: O uso da vírgula e do ponto e vírgula é feito para separar ações consecutivas, reforçando a lista de proposições.

- (D) Indicação de uma pausa longa e relação entre as orações: O ponto e vírgula serve para indicar uma pausa longa, separando duas ideias complexas, mas ainda relacionadas.
- (E) Separação de orações independentes e introdução de uma explicação: A vírgula e o dois-pontos separaram orações independentes e introduzem a explicação que segue na frase.

7

Com base no trecho do texto fornecido, identifique a alternativa que apresenta corretamente a classificação das palavras destacadas quanto às suas classes gramaticais.

Trecho do texto: *“O estoicismo pregava o valor da razão, propunha que emoções destrutivas eram resultado de erros na nossa forma de ver o mundo e oferecia um guia prático para nos mantermos resolutos e fortes.”*

- (A) “estoicismo” – Substantivo comum; “pregava” – Verbo na forma do pretérito imperfeito do indicativo; “valores” – Substantivo abstrato.
- (B) “estoicismo” – Substantivo comum; “propunha” – Verbo na forma do pretérito imperfeito do indicativo; “destrutivas” – Adjetivo.
- (C) “valor” – Substantivo comum; “emocional” – Adjetivo; “ver” – Verbo na forma infinitiva.
- (D) “razão” – Substantivo comum; “era” – Verbo na forma do pretérito perfeito do indicativo; “nos” – Pronome pessoal oblíquo.
- (E) “guia” – Substantivo comum; “prático” – Adjetivo; “mantermos” – Verbo na forma do infinitivo pessoal.

8

Em relação à estrutura morfossintática da oração “Fábio Porto, neurologista e professor, encontrou um novo caminho para lidar com o sofrimento dos pacientes e oferecer conforto”, analise as alternativas a seguir:

- (A) O sujeito é “Fábio Porto”, um sujeito simples; o verbo “encontrou” está no pretérito perfeito do indicativo e é transitivo direto, exigindo o objeto direto “um novo caminho”.
- (B) “Fábio Porto” é o sujeito simples; “encontrou” é um verbo intransitivo, sem objeto direto, e o termo “um novo caminho” exerce a função de adjunto adnominal.
- (C) O sujeito é composto e está representado por “Fábio Porto” e “neurologista e professor”, sendo que “encontrou” é um verbo transitivo indireto, exigindo o objeto indireto “um novo caminho”.
- (D) O sujeito é “Fábio Porto”, sujeito simples, e o verbo “encontrou” é transitivo direto, com “um novo caminho” sendo o objeto direto; “para lidar com o sofrimento dos pacientes” é uma oração subordinada adjetiva explicativa.

- (E) O sujeito é composto, pois temos dois núcleos de sujeito (“Fábio Porto” e “neurologista e professor”), e o verbo “encontrou” é de ligação, ligando o sujeito ao predicativo “um novo caminho”.

9

Leia o trecho a seguir e, em seguida, responda à questão sobre a estrutura e formação das palavras.

Trecho:

“Fábio Porto começou a estudar o estoicismo para melhorar sua saúde mental e ajudar os outros a enfrentarem as dificuldades da vida.”

Analise as alternativas a seguir e marque a opção que apresenta corretamente as operações morfológicas realizadas nas palavras destacadas no trecho.

- (A) “Começou” – Formação por derivação, com a adição do sufixo “-ou” ao verbo “começar”; “estudar” – Formação por derivação, com a adição do sufixo “-ar” ao verbo “estudo”.
- (B) “Começou” – Formação por composição, com a junção do prefixo “com-” ao verbo “eizou”; “estudar” – Formação por derivação, com a adição do sufixo “-ar” ao verbo “estudo”.
- (C) “Começou” – Formação por derivação, com a adição do sufixo “-ou” ao verbo “começar”; “enfrentarem” – Formação por derivação, com o acréscimo do sufixo “-em” ao verbo “enfrentar”.
- (D) “Começou” – Formação por composição, com a junção do prefixo “com-” ao verbo “eçou”; “ajudar” – Formação por derivação, com a adição do sufixo “-ar” ao verbo “ajud”.
- (E) “Começou” – Formação por derivação, com a adição do sufixo “-ou” ao verbo “começar”; “enfrentarem” – Formação por composição, com a junção do prefixo “en-” ao verbo “frentar”.

10

Leia o trecho abaixo e responda à questão sobre a semântica das palavras destacadas.

Trecho:

“Fábio Porto, após estudar o estoicismo, começou a refletir sobre sua vida e a contemplar novas possibilidades. Ele sabia que sua visão do mundo era diferente da de muitos, e, por isso, sentia-se isolado, mas não desanimado.”

Com base no trecho fornecido, analise as alternativas e marque a opção correta sobre as relações semânticas das palavras destacadas.

- (A) “Refletir” e “contemplar” são sinônimos, pois ambas indicam ações de análise profunda; “diferente” e “isolado” são antônimos, já que um implica separação e o outro, distinção.
- (B) “Refletir” e “contemplar” são parônimos, pois possuem significados semelhantes, mas não idênticos; “diferente” e “isolado” são antônimos, pois possuem significados opostos.
- (C) “Refletir” e “contemplar” são antônimos, pois “refletir” sugere pensar ativamente, enquanto “contemplar” sugere passividade; “diferente” e “isolado” são homônimos, pois possuem significados semelhantes, mas são palavras diferentes.
- (D) “Refletir” e “contemplar” são parônimos, pois têm sonoridade semelhante, mas significados distintos; “diferente” e “isolado” são sinônimos, pois ambos indicam uma condição de separação.
- (E) “Refletir” e “contemplar” são sinônimos, pois ambas indicam ações de pensar profundamente; “diferente” e “isolado” são parônimos, pois possuem significados próximos, mas com algumas diferenças sutis.

Raciocínio Lógico-matemático

Josimar Padilha

11

Anagrama é a permutação de um conjunto de letras, ou seja, permutar nada mais é que reordenar essas letras de maneiras distintas. Com a palavra TRIBUNAL, quantos anagramas podem ser formados com as vogais juntas?

- (A) 4320
(B) 15120
(C) 2160
(D) 2880
(E) 14300

12

A negação da proposição referente à visão do TRT 24 Região “ser reconhecida como justiça ágil e efetiva” é dada por:

- (A) não ser reconhecida como justiça ágil e efetiva.
(B) não ser reconhecida como justiça ágil e não ser efetiva.
(C) não ser reconhecida como justiça ágil ou não ser efetiva.
(D) não ser reconhecida como justiça ágil nem ser efetiva.
(E) não ser reconhecida como justiça ágil ou ser efetiva.

13

Dado um hexágono regular de lado igual a 3 cm, a área desse polígono é:

- (A) $\frac{9\sqrt{3}}{2} \text{ cm}^2$
(B) $\frac{\sqrt{3}}{4} \text{ cm}^2$
(C) $9\sqrt{3} \text{ cm}^2$
(D) $\frac{3\sqrt{3}}{4} \text{ cm}^2$
(E) $\frac{9\sqrt{3}}{4} \text{ cm}^2$

14

Analizando duas variáveis em uma pesquisa realizada com alguns funcionários do TRT 24ª Região, temos os seguintes resultados:

	Média	Desvio padrão
Salário	5000	500
Hora extra	1000	200

Considerando as informações acima, em relação à variação das variáveis salário e hora extra, pode-se concluir que:

- (A) a variável salário possui maior variação.
(B) a variável hora extra possui maior variação.
(C) a variação comparativa dessas variáveis pode ser medida pelo desvio padrão.
(D) ambas variáveis possuem a mesma variação.
(E) não é possível saber qual das variáveis sofreu maior variação.

15

Uma proposição equivalente a “Se os servidores do Tribunal trabalham satisfeitos, os serviços são realizados com rapidez e a comunidade é beneficiada”.

- (A) Se os servidores do Tribunal não trabalham satisfeitos, os serviços não são realizados com rapidez e a comunidade não é beneficiada.
(B) Se os servidores do Tribunal trabalham satisfeitos, os serviços são realizados com rapidez ou a comunidade é beneficiada.

- (C) Se os serviços não são realizados com rapidez ou a comunidade não é beneficiada, então os servidores do Tribunal não trabalham satisfeitos.
- (D) Se os serviços são realizados com rapidez e a comunidade é beneficiada, então os servidores do Tribunal trabalham satisfeitos.
- (E) Os serviços são realizados com rapidez e a comunidade é beneficiada, se e somente se, os servidores do Tribunal trabalham satisfeitos.

Legislação Institucional

Rafael de Oliveira

16

São órgãos do Tribunal, exceto:

- (A) o Tribunal Pleno.
 (B) a Presidência.
 (C) a Vice-Presidência.
 (D) a Corregedoria Regional.
 (E) os Juízes do Trabalho.

17

Assinale a alternativa correta referente ao Regimento Interno do TRT 10.

- I – Nas sessões judiciárias e administrativas, o Presidente tomará assento no centro da mesa principal; à sua direita, o membro do Ministério Público do Trabalho; à sua esquerda, o secretário do Tribunal Pleno ou da Turma.
- II – No plenário, o Vice-Presidente tomará assento na primeira cadeira da bancada à direita da mesa central; o Desembargador mais antigo, na primeira cadeira da bancada à esquerda, e assim sucessivamente, obedecida a antiguidade.
- III – Nas sessões solenes, a disposição de assentos na mesa principal será definida pelo Desembargador que as presidir.
- (A) Somente o item I está correto.
 (B) Somente o item II está correto.
 (C) Somente o item III está correto.
 (D) Todos estão corretos.
 (E) Nenhum está correto.

18

Assinale a alternativa correta, referente ao TRT 24.

- I – Constituem cargos de direção do Tribunal o de Presidente e o de Vice-presidente, que acumularão as funções de Corregedor Regional e de Vice-Corregedor Regional, respectivamente.
- II – A eleição dos Desembargadores que irão ocupar a Presidência e a Vice-presidências do Tribunal deverá ocorrer em sessão administrativa ordinária reali-

zada nos anos pares, 30 (trinta) dias, no mínimo, antes do término do mandato de seus antecessores.

- III – O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pela maioria dos membros efetivos do Tribunal, dentre os mais antigos, em número correspondente ao dos cargos, proibida a reeleição enquanto houver magistrado que não tenha exercido os cargos, salvo quando não haja interesse daquele que ainda não ocupou qualquer dos cargos.

- (A) Somente o item I está correto.
 (B) Somente o item II está correto.
 (C) Somente os itens I e III estão corretos.
 (D) Todos estão corretos.
 (E) Nenhum está correto.

19

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o estágio probatório é o período em que o servidor é avaliado quanto à sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo. Durante esse período, serão observados os seguintes fatores:

- (A) responsabilidade, disciplina, capacidade técnica, produtividade e assiduidade.
 (B) responsabilidade, competência técnica, eficiência, dedicação e produtividade.
 (C) assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
 (D) assiduidade, eficiência, pontualidade, comprometimento e responsabilidade.
 (E) produtividade, pontualidade, competência técnica, disciplina e responsabilidade.

20

O servidor público federal regido pela Lei n. 8.112/1990 pode ser demitido, como penalidade disciplinar, nos seguintes casos, exceto:

- (A) inassiduidade habitual.
 (B) prática de ato de improbidade administrativa.
 (C) revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
 (D) condenação criminal transitada em julgado que não impossibilite o exercício do cargo.
 (E) insubordinação grave em serviço.

21

Assinale a alternativa que corresponde ao regime jurídico aplicável ao servidor público federal efetivo, nos termos da Lei n. 8.112/1990.

- (A) Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
 (B) Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
 (C) Regime Estatutário.
 (D) Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.
 (E) Regime de Concessão de Serviços Públicos.

22

Segundo a Lei n. 8.112/1990, o servidor público federal pode, mediante requerimento, afastar-se de suas funções para realizar curso de pós-graduação *stricto sensu* no exterior. Tal afastamento:

- (A) depende exclusivamente de decisão do servidor interessado.
- (B) é autorizado apenas para servidores que ocupem cargo em comissão.
- (C) deve observar o interesse da administração pública e o tempo mínimo de serviço no cargo.
- (D) é permitido, desde que o servidor custeie todas as despesas relacionadas.
- (E) exige apenas a anuência prévia do superior imediato, independentemente de outros requisitos.

23

O Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região tem por objetivos, exceto:

- (A) tornar explícitos os princípios e normas éticos que regem a conduta dos servidores e a ação institucional, fornecendo parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura das ações e do processo decisório adotados no Tribunal para o cumprimento de seus objetivos institucionais.
- (B) contribuir com a efetivação dos valores institucionais do Tribunal por meio de atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional.
- (C) ampliar a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais do servidor com os valores da instituição.
- (D) assegurar ao servidor a preservação de sua imagem e de sua reputação, quando sua conduta estiver de acordo com as normas éticas estabelecidas neste Código.
- (E) oferecer, por meio da Comissão de Ética, uma instância de consulta, visando ao esclarecimento de dúvidas acerca da conformidade da conduta do servidor com os princípios e normas de conduta nele tratados.

24

São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, no exercício do seu cargo ou função, exceto:

- (A) a legalidade, a impessoalidade e a moralidade.
- (B) a dignidade, o respeito e o decoro.
- (C) a preservação do patrimônio privado.
- (D) a eficácia e a equidade dos serviços públicos.
- (E) o comprometimento - atuar com dedicação para o alcance dos objetivos.

25

São deveres fundamentais do servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, exceto:

- (A) prestar, no ato da posse, compromisso de cumprimento das normas de conduta ética;
- (B) conhecer a visão, a missão e os valores institucionais, interagindo com a política de gestão estratégica do Tribunal, tendo por fim atender ao interesse público;
- (C) resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade de sua função pública, agindo em harmonia com os compromissos éticos assumidos neste Código;
- (D) desempenhar, com zelo e eficácia, as atribuições do cargo ou função de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção, a que melhor se coadunar com a ética e com o interesse público;
- (E) ser probo, reto, leal e injusto, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção, a que melhor se coadunar com a ética e com o interesse privado.

Administração Pública

Bruno Eduardo

26

Uma instituição pública enfrenta desafios relacionados à organização de sua estrutura e à alocação de responsabilidades entre as áreas. O gestor foi incumbido de reorganizar a instituição com base em critérios de departamentalização que favoreçam a eficiência operacional e o atendimento às demandas dos cidadãos. Com base nos critérios de departamentalização, assinale a alternativa que apresenta a abordagem mais adequada para melhorar a eficiência operacional e o atendimento às demandas.

- (A) Departamentalizar com base em funções especializadas, promovendo a integração entre áreas com diferentes expertise.
- (B) Organizar a estrutura com base em regiões geográficas, priorizando a descentralização e o atendimento local.
- (C) Utilizar a departamentalização por clientes, para que áreas distintas atendam segmentos específicos da população.
- (D) Optar pela departamentalização por processos, integrando todas as atividades relacionadas em uma única área.
- (E) Adotar uma abordagem matricial, combinando critérios funcionais e de projetos para flexibilizar a estrutura organizacional.

27

Uma prefeitura busca implementar mecanismos de gestão de riscos para reduzir a probabilidade de falhas na execução de suas políticas públicas. Para isso, foi contratada uma consultoria especializada que apresentou diretrizes para mapear os riscos e estabelecer controles adequados. Com base nos fundamentos da gestão de riscos, assinale a alternativa que melhor reflete uma prática eficiente para identificar, avaliar e mitigar os riscos organizacionais.

- (A) Concentrar a análise de riscos apenas nas áreas de maior visibilidade política, garantindo uma percepção pública positiva.
- (B) Mapear todos os riscos potenciais, avaliando sua probabilidade e impacto para priorizar ações de mitigação.
- (C) Implementar controles internos genéricos, independentemente da natureza e do nível de risco identificado.
- (D) Adotar soluções tecnológicas para substituir a necessidade de avaliação de riscos humanos e institucionais.
- (E) Priorizar a mitigação de riscos financeiros, sem considerar riscos operacionais ou reputacionais.

28

Um tribunal de justiça busca alinhar suas atividades às diretrizes da Resolução CNJ n. 325/2020, que define a Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Nesse contexto, é necessário estruturar um planejamento estratégico para melhorar o desempenho institucional e promover a transparência. Com base na Resolução CNJ n. 325/2020 e nos conceitos de planejamento estratégico, assinale a alternativa que melhor reflete uma ação adequada para alcançar os objetivos institucionais do tribunal.

- (A) Estabelecer metas exclusivamente voltadas para a redução de custos operacionais.
- (B) Focar na automação de processos, desconsiderando a capacitação dos servidores.
- (C) Elaborar um planejamento estratégico participativo, envolvendo gestores e servidores na definição das metas.
- (D) Adotar indicadores financeiros como única métrica para avaliar o desempenho institucional.
- (E) Limitar o planejamento às atividades administrativas, excluindo as atividades-fim do tribunal.

29

Uma secretaria municipal está revisando seus contratos com fornecedores para alinhá-los à Política de Governança das Contratações Públicas, definida pela Resolução CNJ n. 347/2020. O objetivo é aumentar a eficiência, a economicidade e a transparência nos processos de aquisição de bens e serviços. Com base na Resolução CNJ n. 347/2020, assinale a alternativa que apresenta a melhor prática para aprimorar a gestão de contratos na administração pública.

- (A) Celebrar contratos de longa duração, independentemente de avaliação periódica de desempenho.
- (B) Priorizar contratos com fornecedores locais, dispensando análise de capacidade técnica.
- (C) Implementar cláusulas contratuais que permitam revisões periódicas com base em indicadores de desempenho.
- (D) Centralizar a gestão de contratos exclusivamente em um único setor da organização, sem envolvimento das áreas demandantes.
- (E) Estabelecer processos de fiscalização contratual genéricos, aplicáveis a qualquer tipo de contrato.

30

Uma organização pública pretende adotar um modelo de gestão por processos para melhorar a eficiência na entrega de serviços aos cidadãos. Para isso, será necessário redesenhar os fluxos de trabalho e integrar as atividades das diversas áreas. Com base nos fundamentos da gestão por processos, assinale a alternativa que melhor reflete uma prática recomendada para o redesenho de processos.

- (A) Concentrar as atividades em uma única área, promovendo a especialização funcional.
- (B) Priorizar o mapeamento de processos de suporte, desconsiderando os processos finalísticos.
- (C) Utilizar ferramentas como fluxogramas e mapeamentos para identificar gargalos e oportunidades de melhoria.
- (D) Estabelecer uma hierarquia rígida de aprovação para cada etapa do processo, reduzindo a autonomia das equipes.
- (E) Focar exclusivamente na redução de custos, independentemente dos impactos na qualidade do serviço.

31

Um gestor público foi incumbido de elaborar o planejamento estratégico da instituição, alinhando-o às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000). O objetivo é garantir a eficiência na alocação dos recursos públicos e a transparência na execução das políticas públicas. Com base nos fundamentos da Lei Complementar n. 101/2000, assinale a alternativa que apresenta um aspecto essencial para o planejamento estratégico na administração pública.

- (A) O planejamento estratégico deve priorizar exclusivamente metas financeiras, desconsiderando os objetivos sociais da organização.
- (B) As metas do planejamento devem ser baseadas em estimativas otimistas de arrecadação, maximizando a previsão de receita.
- (C) O planejamento deve ser revisado apenas ao final do exercício fiscal, após a execução total das ações planejadas.
- (D) A gestão fiscal deve ser baseada apenas em critérios políticos, priorizando demandas emergenciais de curto prazo.
- (E) A transparência deve ser garantida por meio da ampla divulgação de relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal.

32

Uma secretaria estadual enfrenta dificuldades na implementação de políticas públicas por falta de integração entre as diferentes áreas. Foi decidido adotar uma estratégia baseada em redes organizacionais para melhorar a comunicação e a coordenação entre os setores. Com base nos fundamentos da comunicação e gestão de redes organizacionais, assinale a alternativa que melhor reflete uma prática eficaz para alcançar os objetivos propostos.

- (A) Criar canais de comunicação horizontais, promovendo o compartilhamento de informações entre as áreas.
- (B) Estabelecer uma comunicação centralizada em um único setor, evitando divergências nas decisões.
- (C) Priorizar reuniões presenciais frequentes, desconsiderando o uso de ferramentas digitais.
- (D) Delegar a responsabilidade pela comunicação exclusivamente aos gestores de cada setor.
- (E) Focar na formalização excessiva de processos comunicativos, reduzindo a flexibilidade das redes organizacionais.

33

Uma autarquia federal busca implementar práticas de excelência na prestação de serviços públicos, alinhando-se aos princípios da gestão da qualidade. Para isso, foram definidas ações voltadas para o atendimento às necessidades dos cidadãos, a eficiência operacional e a melhoria contínua dos processos. Com base nos fundamentos da gestão da qualidade, assinale a alternativa que apresenta uma prática alinhada aos princípios de excelência nos serviços públicos.

- (A) Focar na redução de custos operacionais, mesmo que isso comprometa a qualidade dos serviços oferecidos.
- (B) Priorizar ações corretivas em vez de preventivas, garantindo a resolução rápida de problemas.
- (C) Centralizar todas as decisões estratégicas na alta gestão, limitando a participação dos servidores.
- (D) Implementar indicadores de desempenho que avaliem a satisfação dos cidadãos e a eficiência dos processos internos.
- (E) Manter os processos inalterados para garantir a estabilidade e evitar mudanças que causem resistências.

34

Uma fundação pública está desenvolvendo um programa de planejamento estratégico para alinhar sua missão, visão e objetivos às demandas sociais e legais. A organização precisa determinar metas específicas e realistas para o curto, médio e longo prazo, utilizando as três dimensões do planejamento estratégico. Com base nos conceitos de planejamento estratégico, tático e operacional, assinale a alternativa que melhor descreve a função de cada nível do planejamento.

- (A) O planejamento tático traduz as diretrizes estratégicas em metas específicas para cada área da organização.
- (B) O planejamento estratégico estabelece metas imediatas, enquanto o operacional define os objetivos de longo prazo.
- (C) O planejamento operacional concentra-se na formulação da missão e visão da organização.
- (D) O planejamento estratégico detalha as atividades diárias a serem executadas pelos colaboradores.
- (E) O planejamento tático e o operacional têm a mesma função, diferenciando-se apenas pelo horizonte temporal.

35

Um município está desenvolvendo seu plano plurianual (PPA), alinhando-se às diretrizes da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O objetivo é priorizar programas e ações que promovam desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e no processo de planejamento público, assinale a alternativa que descreve corretamente a função do PPA.

- (A) O PPA é um instrumento de curto prazo que detalha as despesas previstas para o exercício fiscal seguinte.
- (B) O PPA concentra-se exclusivamente nas despesas de capital, desconsiderando as despesas correntes.
- (C) O PPA é atualizado mensalmente para refletir mudanças no cenário econômico.
- (D) O PPA não é obrigatório, sendo utilizado apenas por governos que optarem por sua adoção.
- (E) O PPA define os objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, orientando a execução orçamentária.

36

Uma organização pública está elaborando um programa de treinamento para servidores, com foco na melhoria de competências técnicas e comportamentais. O objetivo é preparar a equipe para enfrentar os desafios impostos por mudanças tecnológicas e institucionais. Com base nos fundamentos de treinamento e desenvolvimento na gestão de pessoas, assinale a alternativa que apresenta uma prática eficaz para o sucesso do programa.

- (A) Concentrar os treinamentos apenas em competências técnicas, desconsiderando as habilidades interpessoais.
- (B) Realizar os treinamentos sem diagnóstico prévio de necessidades, para garantir maior abrangência.
- (C) Avaliar a eficácia do treinamento com base no desempenho dos servidores em situações práticas após sua conclusão.
- (D) Restringir os treinamentos aos servidores em cargos de chefia, priorizando a hierarquia institucional.
- (E) Planejar os treinamentos exclusivamente de forma presencial, desconsiderando ferramentas de ensino à distância.

37

Uma secretaria estadual pretende aprimorar suas políticas de transparência, alinhando-se às diretrizes da Lei Complementar n. 131/2009 e da Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). O objetivo é ampliar o acesso público às informações e reforçar a accountability. Com base nos fundamentos das leis de transparência, assinale a alternativa que reflete uma prática recomendada para a implementação dessas políticas.

- (A) Restringir o acesso a informações relacionadas às despesas públicas apenas a órgãos de controle interno.
- (B) Criar portais de transparência que disponibilizem informações atualizadas e de fácil entendimento para a população.
- (C) Exigir solicitações formais para o acesso a qualquer tipo de informação, independentemente de sua natureza.
- (D) Divulgar apenas informações consideradas relevantes pela alta gestão, omitindo dados técnicos detalhados.
- (E) Implementar medidas de transparência apenas após a identificação de irregularidades administrativas.

38

Uma organização pública enfrenta desafios para medir a eficiência e a eficácia de suas políticas públicas. A alta gestão decidiu implementar indicadores de desempenho para monitorar e avaliar os resultados alcançados. Com base nos fundamentos de indicadores de desempenho, assinale a alternativa que apresenta uma característica essencial de um bom indicador.

- (A) Ser relevante para os objetivos estratégicos da organização e facilmente mensurável.
- (B) Ser subjetivo, permitindo interpretações variadas de acordo com a percepção dos gestores.
- (C) Focar exclusivamente em aspectos financeiros, ignorando variáveis qualitativas.
- (D) Estar baseado em dados históricos, sem necessidade de atualizações periódicas.
- (E) Ser de difícil interpretação, para evitar críticas externas ao desempenho da organização.

39

Um órgão público está revisando sua política de gestão de contratos, considerando os princípios da Resolução CNJ n. 347/2020. O objetivo é aumentar a eficiência e a integridade nos processos contratuais, garantindo a boa execução dos serviços contratados. Com base nos fundamentos da gestão de contratos e na Resolução CNJ n. 347/2020, assinale a alternativa que apresenta uma prática recomendada.

- (A) Realizar fiscalizações contratuais esporádicas, apenas em situações de emergência.
- (B) Celebrar contratos sem especificações detalhadas, para garantir maior flexibilidade na execução.
- (C) Estabelecer critérios claros de medição de resultados para avaliar a execução dos contratos.
- (D) Priorizar a escolha de fornecedores com base em propostas de menor preço, sem considerar critérios técnicos.
- (E) Concluir os contratos sem avaliação final de desempenho, para evitar atrasos na formalização de novos contratos.

40

Um tribunal busca implementar um modelo de liderança que promova engajamento, inovação e resultados em todas as suas áreas. A alta gestão decidiu adotar práticas baseadas na liderança transformacional, com foco no desenvolvimento de pessoas e na motivação intrínseca. Com base nos fundamentos da liderança transformacional, assinale a alternativa que melhor reflete uma prática alinhada a esse modelo de liderança.

- (A) Controlar rigidamente o comportamento dos colaboradores, utilizando punições para corrigir desvios.
- (B) Priorizar a motivação extrínseca, como recompensas financeiras, para aumentar o desempenho.
- (C) Delegar decisões importantes exclusivamente para a alta gestão, sem envolvimento das equipes.
- (D) Implementar mudanças organizacionais sem comunicar claramente os objetivos e os benefícios esperados.
- (E) Inspirar os colaboradores por meio de uma visão clara e envolvente sobre o futuro da organização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS**Direito Constitucional****Maria Júlia****41**

A respeito das concepções da Constituição, analise a alternativa correta considerando o pensamento de Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.

- (A) Para Lassalle, a Constituição escrita é a única norma jurídica válida dentro do ordenamento estatal, pois reflete a totalidade dos fatores reais de poder.
- (B) Segundo Carl Schmitt, a Constituição diferencia-se da lei constitucional, pois esta pode conter normas que não representem decisões políticas fundamentais.
- (C) Para Kelsen, a Constituição, em seu sentido jurídico-positivo, é apenas um reflexo cultural e social, não possuindo valor normativo próprio.
- (D) A concepção decisionista de Carl Schmitt rejeita a ideia de que a Constituição seja fruto de uma decisão política fundamental, pois essa concepção se aproxima do positivismo jurídico.
- (E) Lassalle e Kelsen possuem concepções similares da Constituição, pois ambos a enxergam como um fenômeno essencialmente jurídico, dissociado da realidade social.

42

O direito de greve é garantido pela Constituição Federal aos trabalhadores como um instrumento de defesa dos seus interesses. No entanto, sua aplicação prática é regulada por lei e tem limitações específicas, especialmente no que diz respeito aos serviços públicos e atividades essenciais.

Sobre o direito de greve, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição garante o direito de greve aos trabalhadores da iniciativa privada, mas não aos servidores públicos, uma vez que estes exercem função essencial e não podem interromper suas atividades sob nenhuma hipótese.
- (B) A greve pode ser declarada ilegal e sujeitar seus participantes a sanções administrativas ou disciplinares, mas não pode resultar na demissão por justa causa, pois o direito de greve é um direito fundamental.
- (C) A Constituição permite a greve sem necessidade de regulamentação por lei, cabendo exclusivamente aos trabalhadores decidir quando e por qual motivo paralisar as atividades.
- (D) A lei deve definir quais serviços são essenciais e quais medidas devem ser adotadas para garantir a manutenção de necessidades inadiáveis da comunidade durante a paralisação dos trabalhadores desses setores.
- (E) O direito de greve no setor público não pode ser restringido, mesmo nos serviços essenciais, sendo ilegal qualquer tentativa do governo de exigir um percentual mínimo de trabalhadores ativos durante a paralisação.

43

A Justiça do Trabalho no Brasil é estruturada em três níveis jurisdicionais, sendo o Tribunal Superior do Trabalho (TST) seu órgão de cúpula, responsável pela uniformização da jurisprudência trabalhista e pela preservação da autoridade de suas decisões. A Constituição Federal estabelece critérios rigorosos para a composição do TST, prevendo um modelo de nomeação que envolve múltiplos atores institucionais, garantindo equilíbrio entre a magistratura, a advocacia e o Ministério Público do Trabalho.

Considerando a estrutura e a composição do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal Superior do Trabalho é composto por 33 ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo dois quintos provenientes da advocacia e do Ministério Público do Trabalho e os demais oriundos da magistratura trabalhista.
- (B) Os juízes que compõem os Tribunais Regionais do Trabalho podem ser promovidos ao Tribunal Superior do Trabalho exclusivamente por critérios de antiguidade, uma vez que a promoção por merecimento é vedada para o cargo de ministro do TST.
- (C) Os ministros do TST são escolhidos pelo Presidente da República dentre cidadãos brasileiros com mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, sendo um quinto oriundo da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, e os demais promovidos entre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, conforme indicação do próprio TST.
- (D) A Constituição estabelece que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, órgão integrante do TST, tem como função principal a regulamentação dos cursos de ingresso e promoção na magistratura trabalhista, sendo responsável pela avaliação periódica dos juízes do trabalho em exercício.
- (E) O Tribunal Superior do Trabalho tem competência exclusiva para processar e julgar originariamente todos os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data interpostos contra atos de qualquer autoridade administrativa federal que envolvam matéria trabalhista.

44

Os direitos sociais dos trabalhadores estão expressamente previstos no artigo 7º da Constituição Federal e buscam garantir condições dignas de trabalho e proteção contra abusos nas relações laborais. Sobre esses direitos, assinale a alternativa correta:

- (A) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é um direito assegurado ao trabalhador, mas sua aplicação depende de regulamentação por lei específica, sem a qual não pode ser exigido.
- (B) O trabalhador tem direito à licença-paternidade, mas sua duração ainda depende de regulamentação infraconstitucional, pois a Constituição Federal não estabelece prazo mínimo.
- (C) A participação nos lucros ou resultados das empresas é garantida constitucionalmente, sendo obrigatória para todos os trabalhadores, independentemente do regime de contratação.
- (D) O trabalhador pode acumular dois empregos públicos, desde que haja compatibilidade de horários e que um deles seja exercido no setor privado.
- (E) A Constituição Federal proíbe expressamente a discriminação salarial entre trabalhadores de mesma função, independentemente de critérios como experiência e qualificação profissional.

45

Sobre a atuação do Poder Judiciário na concretização de direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) O STF já decidiu que o Poder Judiciário não pode determinar a implementação de políticas públicas, pois isso invadiria a competência dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (B) A judicialização dos direitos sociais ocorre quando o Judiciário determina a execução de políticas públicas em situações excepcionais, principalmente na área da saúde e da educação.
- (C) O Poder Judiciário pode determinar a criação de programas sociais e a alocação de recursos específicos para políticas públicas, independentemente da previsão orçamentária.
- (D) A jurisprudência do STF considera que a atuação do Judiciário na implementação de políticas públicas deve ser irrestrita, podendo inclusive substituir decisões políticas do Executivo.
- (E) A judicialização das políticas públicas é um fenômeno recente no Brasil e não possui respaldo na jurisprudência do STF.

Direito Administrativo**Gustavo Scatolino****46**

A administração pública federal, com o fim de explorar atividade econômica, criou uma empresa pública que produz material bélico. O dirigente da referida empresa pública, antes de tomar posse do cargo, resolveu estudar mais sobre organização administrativa. Em seu estudo, o dirigente deve constatar que:

- (A) as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, podem explorar atividade econômica.
- (B) a incumbência de explorar atividade econômica é atribuída apenas às empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) os empregados públicos fazem jus à estabilidade prevista na Constituição Federal.
- (D) as agências reguladoras são sociedades de economia mista em regime especial.
- (E) as empresas públicas podem explorar atividade econômica, independentemente do objeto.

47

Simone, dona de um restaurante mexicano na avenida mais movimentada do Município Sigma solicitou a Administração local para que pudesse colocar cadeiras e mesas na calçada do restaurante. A administração emitiu ato administrativo liberando a calçada para uso de Simone. Após um ano de uso, Simone começou a colocar mesas além do limite estabelecido. Razão esta que fez Simone perder o direito de utilizar a calçada. Sobre o caso em análise, é correto afirmar que:

- (A) o ato administrativo que permitia Simone utilizar a calçada foi extinto em razão da cassação, visto que Simone extrapolou os limites da calçada.
- (B) o ato administrativo que permitia Simone utilizar a calçada foi extinto em razão da anulação.
- (C) a administração pública não poderia ter interferido no direito de Simone de utilizar a calçada. Era necessária sentença judicial transitada em julgado.
- (D) o ato administrativo que concedeu o direito de Simone utilizar a calçada é chamado de licença.
- (E) o Poder Judiciário, ao fazer controle de mérito do ato administrativo, também o poderia ter invalidado.

48

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência do Tribunal de Contas da União.

- (A) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (B) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.
- (C) Prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- (D) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (E) Julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

49

Durante a cobertura de uma manifestação pública, um jornalista foi ferido por uma ação policial que visava conter tumultos. Posteriormente, foi apurado que o jornalista havia desrespeitado uma advertência expressa da polícia para não adentrar uma área de alto risco. O profissional, mesmo ciente do perigo, entrou na área delimitada e foi atingido por um disparo de bala de borracha. Com base no entendimento do STF sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) O Estado não pode ser responsabilizado civilmente, pois a responsabilidade é sempre subjetiva em casos de danos causados durante manifestações.
- (B) O Estado tem responsabilidade objetiva por danos causados a jornalistas durante manifestações, ainda que estes adentrem área de risco.
- (C) O Estado pode ser eximido de responsabilidade, pois o jornalista desrespeitou uma advertência clara sobre o risco, configurando culpa exclusiva da vítima.

- (D) A responsabilidade do Estado será mitigada, mas não excluída, mesmo que o jornalista tenha desrespeitado a advertência das autoridades.
- (E) Considerando que o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria do risco integral como regra, e a teoria do risco administrativo excepcionalmente, o Estado deverá ser responsabilizado pelo dano causado ao jornalista.

50

Jonas foi eleito Prefeita do Município X. Após observar as áreas mais carentes do governo, Jonas quer a contratar os serviços de David, que não possui qualquer cargo público até o momento, profissional muito competente na área de gestão de pessoas, para chefiar um determinado setor. Desse modo, Jonas consultou sua assessoria para saber de que forma essa contratação seria efetivada. A assessoria de Jonas indicou que:

- (A) David deverá ser aprovado em concurso público e exercer uma função de confiança
- (B) David deverá ocupar uma função de confiança, não devendo ser necessariamente aprovado em concurso público.
- (C) David deverá ocupar um cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração.
- (D) David pode ocupar tanto um cargo em comissão como uma função de confiança.
- (E) David deverá ser aprovado em concurso público, e assumir um cargo em comissão para o cargo de chefia.

Direito do Trabalho

Fernanda Rocha

51

Com base no entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a exigência de Certidão de Antecedentes Criminais de candidatos a emprego, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A exigência de Certidão de Antecedentes Criminais de um candidato a emprego, quando realizada sem justificativa prevista em lei, relacionada à natureza do ofício ou ao grau especial de fidúcia exigido, caracteriza lesão moral passível de indenização.
- (B) É legítima a exigência de Certidão de Antecedentes Criminais para candidatos que irão desempenhar funções que envolvem alto grau de confiança ou sensibilidade, como empregados domésticos, cuidadores de menores e bancários.
- (C) A ausência de justificativa para a solicitação de Certidão de Antecedentes Criminais configura dano moral in re ipsa, ou seja, independentemente de comprovação de prejuízo, sendo suficiente para gerar o dever de indenizar.

(D) O TST entende que a exigência de Certidão de Antecedentes Criminais é sempre ilícita, ainda que haja previsão legal ou se justifique pela natureza da função ou grau especial de fidúcia.

- (E) Exigir a Certidão de Antecedentes Criminais de motoristas rodoviários de carga pode ser considerada legítima, conforme o entendimento consolidado no TST, devido ao grau de responsabilidade e fidúcia envolvidos na função.

52

Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O regime de teletrabalho não pode ser aplicado a estagiários e aprendizes, considerando que a legislação limita essa modalidade a empregados regidos pela CLT.
- (B) A alteração do regime de teletrabalho para o presencial pode ser realizada por determinação unilateral do empregador, sem necessidade de registro em aditivo contratual.
- (C) O tempo de uso de equipamentos tecnológicos fora da jornada normal de trabalho sempre será considerado tempo à disposição do empregador, configurando regime de prontidão.
- (D) As despesas relacionadas ao retorno do empregado ao trabalho presencial, quando este optar por realizar teletrabalho fora da localidade contratual, não são de responsabilidade do empregador, salvo acordo em contrário.
- (E) O regime de teletrabalho ou trabalho remoto é equiparado às funções de operador de telemarketing ou teleatendimento, dada a similaridade nas formas de prestação de serviços.

53

Acerca do direito a férias, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) As férias podem ser fracionadas em até três períodos, independentemente de concordância do empregado, desde que o empregador observe os prazos estabelecidos em lei.
- (B) É permitido o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, desde que o empregado concorde expressamente.
- (C) A comunicação sobre a concessão de férias deve ser feita pelo empregador com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante aviso escrito.
- (D) A anotação das férias na Carteira de Trabalho e no livro ou fichas de registro do empregado é opcional, podendo ser dispensada a critério do empregador.
- (E) As férias, quando fracionadas, devem observar que pelo menos um dos períodos terá duração mínima de 14 (quatorze) dias corridos, e os demais não poderão ser inferiores a 5 (cinco) dias corridos cada.

54

Quanto ao contrato de trabalho intermitente, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato de trabalho intermitente pode ser celebrado verbalmente, desde que haja acordo entre as partes sobre o valor da hora de trabalho.
- (B) O empregado intermitente é obrigado a aceitar todas as convocações feitas pelo empregador, sob pena de descaracterização do vínculo empregatício.
- (C) Aceita a convocação para o trabalho, o descumprimento sem justo motivo sujeita a parte inadimplente ao pagamento de multa de 50% da remuneração que seria devida.
- (D) Durante o período de inatividade, o trabalhador intermitente é considerado à disposição do empregador e não pode prestar serviços a outros contratantes.
- (E) No contrato intermitente, o empregado não tem direito a repouso semanal remunerado, sendo remunerado apenas pelas horas efetivamente trabalhadas.

55

Acerca da alteração do contrato de trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) É lícita a alteração das condições contratuais de trabalho, mesmo sem o consentimento do empregado, desde que não cause prejuízo direto ou indireto a ele.
- (B) A reversão de um empregado ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança, configura alteração unilateral e ilícita do contrato de trabalho.
- (C) A gratificação de função será incorporada ao salário do empregado automaticamente, caso ele tenha exercido a função de confiança por mais de 10 (dez) anos.
- (D) O empregado que deixa de exercer a função de confiança, com ou sem justo motivo, não tem direito à manutenção da gratificação correspondente, independentemente do tempo de exercício na função.
- (E) A cláusula que altera unilateralmente as condições de trabalho, mesmo que cause prejuízo ao empregado, será válida desde que prevista no contrato original.

Direito Processual do Trabalho

Fernanda Rocha**56**

Acerca da litigância de má-fé, assinale a alternativa correta.

- (A) O litigante de má-fé é apenas aquele que altera a verdade dos fatos no processo, não se aplicando a quem interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório.
- (B) A multa por litigância de má-fé pode ser fixada pelo juiz entre 5% e 15% do valor corrigido da causa.
- (C) O juiz pode aplicar a multa por litigância de má-fé apenas mediante requerimento da parte contrária, sendo vedada a atuação de ofício.
- (D) Quando o valor da causa for considerado irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) Em caso de litigância de má-fé com a participação de dois ou mais litigantes, o juiz necessariamente aplicará a penalidade de forma solidária entre os envolvidos, independentemente do interesse de cada um na causa.

57

Com base no artigo 800 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A exceção de incompetência territorial pode ser apresentada a qualquer momento durante o curso do processo, sem prejuízo da continuidade da audiência inicial.
- (B) A exceção de incompetência territorial suspende o processo, incluindo a realização da audiência prevista no artigo 843 da CLT, até que seja decidida pelo juiz.
- (C) Não há previsão de suspensão do processo durante a análise da exceção de incompetência territorial, sendo a audiência realizada normalmente.
- (D) Na hipótese de produção de prova oral, o juiz não poderá designar audiência, devendo decidir a exceção de incompetência territorial exclusivamente com base nas manifestações escritas das partes.
- (E) Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo será arquivado e deverá ser reiniciado pelo reclamante perante o juízo considerado competente.

58

Acerca do procedimento para homologação de acordo extrajudicial, assinale a alternativa correta.

- (A) As partes podem ser representadas por um único advogado no processo de homologação de acordo extrajudicial, desde que haja concordância expressa de ambas.
- (B) O prazo prescricional é interrompido pelo protocolo da petição de homologação de acordo extrajudicial e só voltará a fluir após o trânsito em julgado da decisão que negar a homologação.
- (C) O juiz tem liberdade para decidir sobre a necessidade de audiência para analisar a homologação do acordo, mas deve proferir sentença em até quinze dias após a distribuição da petição.
- (D) O acordo extrajudicial homologado pelo juiz afasta a aplicação da multa prevista no § 8º do artigo 477 da CLT.
- (E) É obrigatório que o trabalhador seja assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria no processo de homologação de acordo extrajudicial.

59

Quanto à sistemática dos recursos repetitivos, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão firmada em recurso repetitivo aplica-se automaticamente a todos os casos semelhantes, independentemente de haver diferenças relevantes entre as situações de fato ou de direito.
- (B) O recurso repetitivo é sempre distribuído a um único Ministro da Seção Especializada ou do Tribunal Pleno, dispensando a atuação de um Ministro revisor.
- (C) O presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá determinar a suspensão de processos idênticos aos afetados como recursos representativos da controvérsia, até que haja pronunciamento definitivo do TST ou do STF.
- (D) Após a publicação do acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, todos os recursos de revista sobrestados na origem deverão ser automaticamente julgados improcedentes.
- (E) A decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos não poderá ser revisada, salvo por determinação do Supremo Tribunal Federal.

60

Quanto à liquidação, assinale a alternativa correta.

- (A) Na liquidação de sentença, é permitido modificar ou discutir a matéria já decidida na causa principal, desde que não haja prejuízo às partes.
- (B) A liquidação de sentença abrange, necessariamente, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
- (C) As partes não precisam ser previamente intimadas para apresentar cálculos de liquidação, pois esses são elaborados exclusivamente pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.

- (D) O prazo para as partes impugnarem os cálculos de liquidação elaborados é de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
- (E) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-E), conforme previsão expressa no artigo 879 da CLT.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora